



Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Faculdade de Serviço Social – FSS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)
Docente: Profa. Dra. Rosângela Barbosa

Disciplina Eletiva: Tópicos Especiais em Processo de Trabalho do SESO – Questão Social e Trabalho na Crise do Capital

A proposta da disciplina é problematizar o conhecimento acumulado pelo Serviço Social a respeito da Questão Social, definido como âmbito de trabalho do assistente social e de produção de conhecimento na área, o que levou a dar centralidade ao tema nas diretrizes curriculares e nas pesquisas. A disciplina será um espaço de aprofundamento e revisão teórica desse debate com base nos estudos marxianos e marxistas – do campo do Serviço Social e áreas afins. A hipótese é de que o Serviço Social aborda o tema como sinônimo de pobreza/miséria e de que a política estrutura o modo das classes sociais lidarem com o mesmo, sendo essa uma tendência limitada de abordagem para compreender os desafios dos últimos 30 anos.

Partimos do pressuposto de que o debate do Serviço Social sobre Questão Social precisa ganhar consistência teórica, situando a questão do valor e descentrando a questão social da condição de sinônimo de pobreza e miséria, mas a enquadrando como parte da “sorte dos trabalhadores em geral” e da mercantilização das dinâmicas de reprodução nessa forma social. Ao mesmo tempo, precisa ganhar envergadura a compreensão das expressões da Questão Social no quadro da crise do capital, na medida em que a mesma abre um novo ciclo na forma social capitalista, a partir de duras expropriações sociais e ambientais.

Isso porque a crise faz emergir rapidamente uma nova dimensão da insegurança social e pobreza (relativa e absoluta), não mais relegada somente ao mundo da periferia capitalista. Por sua vez, a reação burguesa para à crise estrutural pós-1970 é a perspectiva liberal da proeminência do mercado, sustentada num conjunto de flexibilizações do trabalho e da produção, de desregulamentação do comércio e do fluxo financeiro, bem como de privatização de ativos do Estado. Nesse registro ganhou potência a expropriação de direitos sociais com a minimização de uma esfera pública universalizadora (expropriações secundárias). A potencialização desses dispositivos de restauração do capital, necessários à realização do valor, ganha formas diferenciadas no mundo e atinge de modo mais perverso a periferia capitalista que repõe a sua história de opressão, no quadro do desenvolvimento desigual combinado.

Essas determinações aprofundam e expandem as expressões da questão social, num novo circuito mundializado que impõem a universalização da mercadoria e expõem as assimetrias geopolíticas e sociais, reverberados em processos de integração e polarização que aproximam o capital local da competitividade internacional. Essa condição ativa a economia no circuito internacional, produtoras de mais expropriações e explorações do homem e da natureza. As medidas regressivas do capital recuperaram a lucratividade, no verso de duras hipotecas de futuro, além de perversas condições de trabalho e mercantilização da reprodução ampliada da vida.

A compressão dos salários e as ocupações desprotegidas aumentam a pauperização relativa e absoluta com o alargamento da concentração de renda, aliado a queda do financiamento da seguridade social em favor dos serviços da dívida e de subsídio a investimentos para o capital. Esse arcabouço de flexibilização emerge e reproduz processos sociais liberalizantes que

atingem os mecanismos de agregação social, rompendo com o complexo de relações baseadas na solidariedade social que embasava o mundo do trabalho, provocando descontinuidades na convivência social e na reprodução ampliada dos trabalhadores. O capital, por sua vez, se liberta das amarras de regulação nacional, ganhando mobilidade em busca de melhores condições para realização do valor.

A pergunta central envolve: na medida em que há mudanças materiais e políticas no capitalismo o que ocorre com a Questão Social e o modo de lidar socialmente com a mesma?

A premissa que vem orientando nossas pesquisas é de que a nova configuração da relação capital-trabalho metamorfoseia o quadro histórico da questão social, enunciando a fratura social resultante do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais fundantes da vida mercantil, com impactos sobre o trabalho, os serviços coletivos e o atendimento de necessidades básicas, assim como sobre as diferenças étnico-raciais, de gênero, de lugar/região, entre outras dimensões em que se expressa à vida concreta. As desigualdades sociais ganham projeção nos quatro cantos do planeta, em expressões particulares e distintas segundo a história e a situação no quadro da divisão internacional do trabalho. Ou seja, trata-se de pensar as manifestações da questão social como historicamente postas no capitalismo e a sua reconfiguração.

O Estado neoliberal, a maior militarização dos governos, a burocratização da política, o banditismo urbano, a capilarização da milícia, os desastres ambientais e a reconfiguração do trabalho expõem um novo contexto das manifestações e os modos de lidar com a questão social.

Passados vinte anos de diretrizes curriculares, estamos diante do desafio de evidenciar a qualidade da nossa compreensão e crítica anticapitalista, apreciando nossos programas de ensino, pautas de pesquisas e debates. Tanto a graduação quanto a pós-graduação precisam ser incitadas a entenderem os fenômenos particulares no bojo do core do sistema do capital, com sua crise estrutural em estágio agressivo. As alternativas do capital têm aprofundado esse quadro, pois incentivam a especulação financeira e, portanto as contradições estruturais entre produção e circulação que levam à crise, por conta da superprodução de meios de produção e a especulação em excesso. Ainda que seja um modo do capitalismo socorrer a si mesmo, acudindo-o da sobreacumulação de capacidade produtiva, as medidas precipitam novos esquemas ruptivos.

Por outro lado, o esgarçamento da política demonstrado no maior artificialismo das representações democráticas burguesas - na espetacularização nas mídias e no patrimonialismo - está a demonstrar o aprofundamento do fetiche da mercadoria na vida social, como realização plena do capital e de seus limites internos, o que se desdobra em efeitos explosivos e violentos sobretudo para os que vivem do trabalho. Consequentemente, estamos intuindo também que precisamos de aportes teóricos mais potentes na formação profissional, para entender os processos sociais em curso, sabendo que não há espaço para análises superficiais sobre cidadania e os direitos sociais no capitalismo a não ser com o risco de estruturá-las como farsa.

A reflexão sobre a crise do capital é um eixo chave para problematizar as desmedidas neoliberais no quadro da reprodução ampliada do capital e para duvidar das virtudes da política na democracia burguesa, desse tempo que corre. O adensamento teórico nesse campo pode vertebrar um novo horizonte de reflexões sobre as relações sociais e os processos de reprodução social, em suas manifestações aparentemente mais autônomas da vida cotidiana que chegam aos espaços do trabalho e à pesquisa social, intrigando os sujeitos da formação profissional. Ao fim e ao cabo, o desafio posto é o de entender o modus operandi das contradições estruturais do capital sobre as práticas sociais e profissionais.